

A questão do gênero na história da antropologia no Brasil

Mariza CORRÊA. *Antropólogas e antropologia*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003. 278 páginas.

Ana Teresa A. Venâncio

Ao concluirmos a leitura de *Antropólogas e antropologia*, de Mariza Corrêa, passamos a conhecer mais sobre a história da antropologia no Brasil e sobre o modo como tal história esteve perpassada por representações sociais sobre os papéis de gênero, em particular da mulher, em nossa sociedade. São três as personagens principais, objeto dessa história: Emília Snethlage, Leolinda Daltro e Heloísa Alberto Torres.

O livro é o resultado de um longo esforço investigativo iniciado em 1989, ele próprio fruto de uma pesquisa mais geral sobre a história da antropologia no Brasil que começou em 1984 e que se encontra também à disposição do público.¹ Reúne uma coletânea de trabalhos, articuláveis entre si, publicados anteriormente em periódicos do campo da história e da antropologia, muitos deles apresentados em reuniões e congressos da área da antropologia. Ao final da introdução, imagens que refinam nossos sentidos em direção à antropologia de outras épocas.

Na construção de seu objeto, Mariza Corrêa fornece-nos também um belo exemplo de como podemos articular antropologia e história. Em primeiro lugar contribui para a compreensão da história daquela disciplina, contextualizando parte da vida social que depreende das trajetórias e das imagens das personagens escolhidas: a causa indígena no embate entre católicos e protestantes, monarquistas e republicanos, bem como a luta pelo sufrágio feminino e a presença de estrangeiros na construção das ciências no Brasil. Em segundo, analisa essa mesma história sob um olhar de estranhamento, o que permite à autora captar o sentido da tarefa e dos objetos de estudo antropológicos privilegiados da época em estudo. Muito diferentemente dos dias atuais, a antropologia

era uma disciplina empreendida por pesquisadoras autoditadas sem financiamentos institucionais para pesquisas, sem a crescente institucionalização empreendida pelos programas de pós-graduação e pelos treinamentos sistemáticos em pesquisa, mecanismos que tornam o ser antropólogo uma profissão. Os estudos antropológicos àquela época eram também identificados como os “estudos de sociedades indígenas”, estando nessas características a identificação do trabalho das três personagens como antropólogas. As descrições detalhadas de várias tribos indígenas ligavam as pesquisas dos naturalistas ao interesse etnográfico dos estudos antropológicos: ambos difundidos nas expedições organizadas a partir dos museus, principais centros de produção, de publicação e de intercâmbio internacional.

Sem pretender um retrato acabado e exaustivo da vida de Emília Snethlage, Leolinda Daltro e Heloísa Alberto Torres, o livro privilegia a trajetória profissional dessas mulheres detendo-se nos episódios socialmente mais marcantes do ponto de vista delas próprias, de seus pares de profissão, da imprensa e do imaginário literário. Cada uma dessas personagens tomada como objeto é considerada “excepcional” pelo fato de que “é possível recuperar sua trajetória social, ainda que de maneira truncada, e minimamente avaliar as reações da sociedade da época ao seu trabalho ou a sua atuação” (p. 13). A reação ao que aparecia à época como comportamentos não usuais retratados na trajetória dessas três mulheres leva a autora a poder observar aquilo que era, então, considerado comportamentos femininos socialmente aceitos e esperados, dadas as relações entre homens e mulheres no espaço público de início do século XX até, ao menos, o final da década de 1930.

O primeiro capítulo – “Três heroínas do romance antropológico brasileiro” – aborda o modo como essas três personagens da antropologia brasileira foram contempladas por romancistas em suas obras: Leolinda Daltro, em 1915, descrita criticamente por Lima Barreto; Heloísa Alberto Torres, em 1933, como personagem de romance premiado de Bastos de Ávila; e Emília Snethlage, a única que aparece identificada por seu próprio nome, no romance de Raimundo de Morais de

1938.² Neste capítulo não está em questão uma compilação acabada dessas obras, nem mesmo uma comparação com outros possíveis trabalhos literários sobre pesquisadores (as) de outras áreas. Trata antes dos objetos “romances”, contextualizando os livros, descrevendo os personagens, os estilos literários, os enredos e a forma como essas heroínas estão aí representadas. O que vislumbramos é o olhar apurado sobre o fato de a imaginação romanesca brasileira ter capturado por cerca de vinte anos imagens dessas três figuras femininas, “o que nos diz alguma coisa a respeito do modo como era visto o aparecimento dessas novas personagens no cenário brasileiro” (p. 65).

Segundo Mariza Corrêa, o que liga os enredos dos três romances é um certo pano de fundo de pessimismo em relação à política brasileira e, com exceção de Lima Barreto, um entusiasmo pela “ciência” e pelo “nacional”. Nesse sentido, não é em relação ao mundo da política – no momento em que as mulheres estavam em cena lutando por seus direitos, como o direito ao voto – que a imagem dessas três antropólogas é desenhada. No caso de Emília, o destaque é para o seu perfil profissional de modo a “desenfatizar a mulher para que ela pudesse ser aceita como cientista, mas não a ponto de torná-la ‘masculina’” (p. 80). Ao contrário, é a cientista Emília que é representada como feminina: as características físicas de Emília Snethlage são destacadas até o ponto de retratar a personagem como encantada pelo canto de um pássaro, assim como outras mulheres da região... em detrimento da menção mais detida ao seu trabalho como ornitóloga e as coleções de aves que ela própria formou. Heloisa Alberto Torres também aparece como personagem feminina cientista, com raras descrições físicas e atenção para suas qualidades morais. Entretanto, nessa ficção o feminino é sobrepujado pela força da natureza que inunda nas fortes águas os objetos materiais que fundamentariam as teorias científicas da personagem. No caso de Leolinda Daltro (a personagem Florinda Seixas) a ênfase recai no ridículo de sua atuação política e na crítica aos seus préstimos à causa indígena. Ainda que Lima Barreto também criticasse políticos e outros defensores da causa indígena, como Rondon, as observações di-

rigidas à personagem de Leolinda são de outra ordem: “o jeito que tinha para agradar” ou “houve quem dissesse que o bino de Dona Florinda era uma canção erótica de origem paraguaia” (p. 75).

Os três capítulos subsequentes abordam, respectivamente, as trajetórias e outras imagens de Emília, Leolinda e Heloisa. No primeiro deles, Corrêa traça um retrato da carreira de Emília Snethlage, que chega ao Brasil em 1905, a convite de Emilio Goeldi, e que aqui se estabelece realizando viagens periódicas à Europa (1907, 1913, 1925). Em 1914, concluiu sua obra mais importante – *Catálogo das aves amazônicas* – e, já anteriormente promovida de auxiliar científica à chefe da Seção de Zoologia, assume a direção do Museu Emílio Goeldi após a morte do então diretor Jacques Huber. Em 1917, com a declaração de guerra do Brasil à Alemanha, Emília é afastada do cargo de direção e, no ano seguinte, do próprio Museu. Em 1919, dadas as novas relações entre Brasil e Alemanha, a cientista é reconduzida ao cargo de diretora do Museu, lá permanecendo até 1921 quando “os jornais denunciavam a diretora por desviar parte da alimentação destinada aos animais, para distribuí-la entre os funcionários mais pobres” (p. 94). Com o convite do paraense Bruno Lobo, então diretor do Museu Nacional, transfere-se em 1922 para o Rio de Janeiro. Apesar de uma trajetória aparentemente bem-sucedida, das várias expedições realizadas e notas deixadas, são muitas as lacunas na biografia de Emília, principalmente no período em que esteve como diretora do Museu Emílio Goeldi. A exceção fica por conta do escândalo, amplamente divulgado, que definira sua saída do referido museu. Segundo a análise de Corrêa, tanto na notícia da imprensa sobre nossa personagem prover cuidados de ordem doméstica (a alimentação), em detrimento das necessidades requeridas pela ciência; como nas denúncias de que o Museu Emílio Goeldi tivesse sendo freqüentado por “mulheres de vida duvidosa”, a sociedade fazia frente a uma certa transgressão que a figura da cientista causava à poluição da esfera do público/homem pela do privado/mulher.

No capítulo seguinte Mariza Corrêa analisa as duas fases de atuação de Leolinda Daltro – indige-

nista e feminista –, demonstrando como essa personagem foi recorrentemente objeto de observações jocosas de cronistas desde final do século XIX até início do século XX. Apesar de ter sido fundadora do Partido Republicano Feminino em 1910 e, em 1917, ter organizado uma passeata no Rio de Janeiro com 84 mulheres em prol do sufrágio feminino, Corrêa ressalta que são poucas as informações encontradas sobre essa fase feminista, centrando então sua investigação na fase indigenista dessa personagem. A partir do livro de Leolinda intitulado *Da cathechese dos índios no Brasil (notícias e documentos para a história) 1896-1911* (Typ. da Escola Orsina da Fonseca, Rio de Janeiro, 1920), a autora aborda os elementos presentes no retrato dessa personagem feminina em viagens ao Brasil Central e o modo como ela recebeu e defendeu a causa dos índios, invariavelmente em companhia dos mesmos. Com relação às suas viagens, Leolinda na verdade apenas compilou inúmeros documentos e recortes de jornais de forma que encontramos ali menos sua palavra do que o modo como suas expedições eram vistas à época: “trata-se de uma luta entre interesses locais acostumados à exploração do trabalho indígena e uma representante da *civilização* que, surpreendentemente, encontra apoio de boa parte da sociedade civil regional” (p. 110). No que se refere à sua atuação política na capital federal, Corrêa destaca como se deu a transformação de Leolinda de sertanista à sufragista. A autora reconstrói, assim, as imagens dessa figura feminina, qualificada como “a alma generosa e meiga de distinta professora fluminense” (p. 113), incluindo-se aí todo o seu empenho em fundar uma sociedade de proteção aos índios. Apesar de sua intensa atuação, a descrição da presença/ausência de Leolinda na sessão inaugural da referida sociedade, em 1903, fala do lugar restrito conferido à mulher àquela época, ainda que se tratasse de uma figura feminina de destaque. Em um dos relatos a respeito dessa sessão inaugural, a ausência de Leolinda é justificada “por lho proibir o seu sexo, como foi allegado, offerecendo-se-lhe no entanto uma sala contígua para presenciar os trabalhos [...]” (p. 127).

O capítulo sobre Heloisa Alberto Torres demonstra claramente o imbricamento entre os es-

forços profissionais empreendidos por essa personagem e o desenvolvimento da antropologia. Sua carreira no Museu Nacional inicia-se aos 23 anos, como auxiliar de pesquisa de Roquette-Pinto, tornando-se efetiva por meio de concurso público em 1925. Em 1926, é eleita chefe interina da Seção de Antropologia e Etnografia, sendo efetivada em 1931. Ocupou a vice-direção do Museu de 1935 a 1937, tornando-se diretora de 1938 a 1955. Apesar das viagens de pesquisa de que participou – como à Ilha de Marajó e ao Arraial do Cabo –, Heloisa Alberto Torres publicou poucos trabalhos. No entanto, segundo Corrêa, essa ausência de publicações revela antes uma atuação mais voltada para a sistematização da formação de jovens pesquisadores. A exemplo da influência norte-americana na Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo, no Rio de Janeiro Heloisa Alberto Torres conseguiria reunir e agenciar a vinda de diversos pesquisadores estrangeiros, aproveitando suas estadias para treinar pesquisadores brasileiros no trabalho de campo: Charles Wagley, William Lipking, Buell Quain e Ruth Landes, assim como, posteriormente, James e Virginia Watson e Yolanda e Robert Murphy, foram alguns dos antropólogos que aqui aportaram.

Por meio da análise da rede de relações entre pesquisadores que então se formava, Corrêa reconta-nos sobre as parcerias e os confrontos que marcaram os desenvolvimentos da antropologia nesse período com a presença central de Heloisa, num momento em que poucas mulheres desempenhavam papel público proeminente. Nessa perspectiva é dado destaque a duas disputas que dizem respeito à conformação mais geral dessa disciplina, mas também de preconceitos de gênero à época: a disputa pela direção do Museu Nacional, que criou uma oposição entre a antropóloga Heloisa e os naturalistas e que perduraria mesmo após a eleição de Heloisa, e a disputa pela cátedra de Antropologia e Etnografia da Universidade do Brasil, até então ocupada por Arthur Ramos. Para essa última Heloisa Alberto Torres preparou dois textos (um provisório e outro final), que abordavam o cruzamento, ainda que tímido e não consagrado nos estudos antropológicos, entre as questões de raça e gênero.

É o tema das relações entre raça e gênero que serve de gancho para a apresentação do penúltimo capítulo deste livro, em que Mariza Corrêa reconstrói o modo como essas relações foram alçadas à condição de objetos antropológicos, produzidos mesmo pelos investimentos teóricos e disputas à época. Para tanto, a autora convida-nos a uma releitura da análise da estadia de Ruth Landes no Brasil (1938-1939) e suas repercussões negativas, mencionando, além das críticas formuladas por Arthur Ramos e Melville Herskovits, duas questões que, segundo ela, não foram devidamente contempladas nas análises até então existentes.

Em primeiro lugar o modo pelo qual o campo da antropologia e dos estudos antropológicos sobre as relações raciais estava constituído no Brasil. Ao chegar ao Brasil com pesquisadora independente, solteira, Ruth procura Heloisa Alberto Torres sem atentar para a divisão do campo à época, que reconhecia nesta última a madrinha dos estudos etnológicos e em Arthur Ramos o padrinho dos estudos sobre o negro. A análise das disputas internas ao campo antropológico também serve à compreensão das críticas que Ruth Landes receberia de Herskovits: enquanto ele considerava as comunidades de negros americanos “sobrevivências africanas”, Ruth afirmava que o candomblé não era apenas um núcleo religioso, mas uma adaptação local das tradições africanas convertido em centro de organização das relações sociais baianas. Com isso a autora ainda revela como o caso brasileiro se tornava central para as disputas teóricas que configuravam o campo norte-americano.

Em segundo lugar, Mariza Corrêa destaca o caráter crucial da constatação, feita por Landes, sobre a importância da presença de homossexuais no campo das religiões afro-brasileiras, como expressão de um princípio de feminilidade auto-representado como necessário para a incorporação dos deuses. Embora não estivesse tratando diretamente da questão de gênero, o estudo de Landes sobre as religiões afro-brasileiras incidia sobre o tema das relações entre os sexos, afirmando que “o princípio feminino – ainda que parte dele corporificado em homens – é que dominaria o conjunto do campo das religiões afro-brasileiras na

Bahia, com a marginalização do princípio masculino” (p. 171). Nos termos de Corrêa, Landes contrapunha-se assim à interpretação de Arthur Ramos de que “os casos de homossexualismo lá citados são ‘desvios sexuais *individuais*’” (p. 172).

Por último, mas não menos importante, Corrêa relaciona o caso Landes a dois eventos que também reuniram à época os imaginários sobre raça e gênero no Brasil, sintetizados na figura da baiana como símbolo da cultura nacional. A partir da imagem da baiana estilizada de Carmem Miranda projetada na *New York World Fair*, em 1939, e das bonecas de baianas enviadas (mas não exibidas) à Exposição Histórica do Mundo Português em 1940, o patrimônio brasileiro representado pela raça negra deixava de ser um símbolo de nossa origem colonial e escravista para ser relido, a partir de sua conjugação com o gênero feminino, como símbolo de nossas belezas naturais.

No último capítulo, Mariza Corrêa retoma as imagens das três personagens antropólogas para explorar suas possibilidades comparativas com a atuação de antropólogas representativas das tradições inglesa, norte-americana e francesa. Evidencia-se aí de modo mais claro as expectativas e as críticas sociais em relação às mulheres antropólogas. Trata-se de um *continuum* que vai da “mulher esposa de” – como eram correntemente retratadas as antropólogas estrangeiras em seus próprios contextos e no Brasil – à representação das brasileiras no campo da antropologia como “mulheres sozinhas”. As expectativas e as críticas sociais dirigidas à atuação do gênero feminino na disciplina antropológica, na maior parte das vezes, eram reduzidas em relação à primeira concepção, e intensas, para o bem e para o mal, em relação à segunda concepção.

Em resumo, com essa coletânea de artigos Mariza Corrêa amplia nossa compreensão da história da antropologia no Brasil, demonstrando como a imagem da antropóloga foi definida por seus comportamentos femininos não usuais. De um lado, a incursão dessas mulheres no espaço público, socialmente entendido como destinado aos homens, ao pleitearem ou postularem colocações nos serviços públicos; e mais que isso, instaurando um medo ou risco de que tais espaços

pudessem ser poluídos pela lógica da esfera doméstica considerada própria do gênero feminino. De outro lado, a transformação da relação subjetiva dessas figuras femininas com o seu corpo, ao se aventurarem em paragens selvagens, convivendo com tribos primitivas, sujeitas a todo tipo de intempérie nos confins do Brasil: tarefa considerada impensável mesmo para parte significativa do universo masculino urbano.

Notas

- 1 Mariza Corrêa (org.), *História da antropologia no Brasil. Testemunhos: Donald Pierson e Emilio Willems*, Campinas/São Paulo, Editora da Unicamp/Vértice, 1987, Mariza Corrêa, “A antropologia no Brasil (1960-1980)”, em Sergio Miceli (org.), *História das ciências sociais no Brasil*, São Paulo, Sumaré, 1995. vol. 2, pp. 25-106.
- 2 Os romances a que se refere Mariza Corrêa são *Numa e a ninfa*, de Lima Barreto, *No pacoval de Carimbé*, de Bastos de Ávila, e *Os igaraúnas*, de Raimundo Moraes.

ANA TERESA A. VENÂNCIO é doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/MN/UFRJ e pesquisadora visitante da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

E-mail: anavenancio@coc.fiocruz.br

As cidades: história, razão, ruínas e utopias

Bárbara FREITAG. *Cidade dos homens*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2002 (Biblioteca Colégio do Brasil, vol. 3). 254 páginas.

Heitor Frúgoli Jr.

A abordagem que toma as cidades como objeto central nas ciências sociais – principalmente na antropologia e na sociologia – quase sempre exige, pela natureza dos temas investigados, um diálogo com diversas áreas de fronteira, o que só é possível a partir da adoção de um claro eixo disciplinar, capaz de alinhar e dar consistência a tal interlocução. Isso é diferente de uma abordagem claramente interdisciplinar, que às vezes pode oferecer panoramas inspirados, mas também generalizações problemáticas, já que certas mediações se tornam muito mais desafiantes. Desse ponto de vista, pode-se começar apresentando *Cidade dos homens* como um trabalho que, embora defenda um recorte sociológico, tende muitas vezes a estabelecer uma perspectiva interdisciplinar – incluindo a filosofia –, com as decorrências já apontadas.

Outro tópico essencial, à guisa de introdução, diz respeito ao desafio das instâncias de comparação, necessárias quando se trata de confrontar quadros urbanos diversos. O presente livro, nesse sentido, busca compreender, ainda que não exclusivamente, vários contextos à luz da referência de Berlim – cidade natal da autora, onde realizou sua formação acadêmica –, forte matriz dos pontos de vista urbano, histórico, sociológico e filosófico.

Após essas considerações iniciais, é possível analisar, dado o espaço disponível, alguns dos doze ensaios que compõem *Cidade dos homens* – escritos entre 1992 e 2002 –, cabendo ao leitor interessado preencher, posteriormente, as lacunas da presente resenha.

Em “Duas cidades entre a história e a razão” (1992), texto que abre o livro, são exploradas comparações entre Berlim e Brasília – a segunda, onde a autora atualmente trabalha –, a partir das quais se trava um diálogo sobretudo entre a socio-